

35º Encontro Anual da Anpocs

GT16 - Grupos dirigentes e estruturas de poder

Coordenadores: Mario Grynszpan (CPDOC-FGV/RJ), Ernesto Seidl (UFS)

Poder e conflito em família:

disputas nas eleições municipais de uma pequena cidade

QUÉSIA DE SOUZA FRANCISCO

Caxambu-MG, Outubro de 2011

Poder e conflito em família: disputas nas eleições municipais de uma pequena cidade

Quésia de Souza Francisco – quesiaf@yahoo.com.br

Resumo:

Neste trabalho, analiso a permanência de uma mesma “família” no comando da administração do executivo municipal em uma cidade do Rio de Janeiro. Conformando um “grupo de poder”, seus membros eram os maiores proprietários de terra local e desempenhavam atividades agrícolas e agropecuárias. Mantinham seu prestígio e influência mediante relações sociais pessoais que envolviam trocas de bens e favores com a população local. Entretanto, após um conflito entre tio e sobrinho o “grupo-família” cindiu-se. Tal episódio nos dá uma mostra de que na política as relações sociais não são cristalizadas; pelo contrário, “rupturas” e novas alianças dentro dos grupos dirigentes são feitas a todo momento, uma vez que tais relações baseiam-se em compromissos pessoais de naturezas diversas e não somente em lealdades familiares, de amizade ou vinculações partidárias.

Palavras-Chave: política, grupo dirigente, família, conflito.

Introdução

Este trabalho objetiva discutir, a partir do relato das eleições municipais em uma pequena cidade, os conflitos estabelecidos em meio a uma família, ocasionados pela ruptura de um “acordo” feito entre tio e sobrinho. O acordo consistia, por um lado, no apoio do tio para a eleição do sobrinho e, por outro lado, na ajuda posterior deste para a elaboração da “campanha” do tio. Uma vez tendo sido eleito, nas eleições seguintes o sobrinho recusou-se a apoiar o parente e, em vez disso concorreu com o mesmo para o cargo de prefeito da cidade. Estabeleceu-se, assim, um conflito que dividiu a família, bem como expôs para toda aquela sociedade uma disputa na qual a população foi tacitamente convocada a tomar parte, tendo que “escolher” um dos lados.

Tal exemplo mostra como os conflitos políticos existem mesmo em uma pequena comunidade, aparentemente homogênea e “dominada” por um único político “tradicional”, e, como estes podem emergir em meio a uma família.

Será discutida, ainda, a partir do relato de experiências referentes às trocas de bens e favores entre candidatos a cargos políticos e eleitores, a necessidade de se recorrer também ao estudo das relações sociais baseadas em compromissos pessoais de outra natureza para além daquelas lealdades familiares, de amizade e vinculações partidárias para a compreensão daquilo que se constituiu como o “processo eleitoral” nas sociedades democráticas modernas.

“Raízes” do grupo dirigente e política municipal em Canavieiras do Sul¹ a partir dos anos 1980

Canavieiras do Sul é uma cidade de cerca de 12.000 habitantes localizada no norte do Estado do Rio de Janeiro. O processo de colonização do Norte Fluminense teve seu início por volta do século XVII (BARBOSA,

¹ O nome da cidade e os nomes dos “personagens” citados neste texto, foram trocados.

2003), com a instauração da capitania de São Tomé, região situada entre o rio Macaé e o Cabo de São Tomé (CARNEIRO, 2003).

Em o *Homem e o Brejo*, Alberto Lamego (1974) ressalta que a primeira atividade na região consistia na pesca – devido à presença de inúmeros rios e lagoas com peixes em abundância. Mas a consolidação de uma atividade econômica se deu, inicialmente, a partir da introdução da criação de gado bovino na região e, em um segundo momento, com o desenvolvimento da atividade que se tornou a principal fonte econômica daquela região até meados do século XX: a produção de cana-de-açúcar e de seus derivados.

A atividade canavieira começou a ser implantada na capitania de São Tomé (CARNEIRO, *op. cit.*: 20), quando seu donatário, Pero de Góes, fundou uma vila² e inaugurou o cultivo sistemático da cana-de-açúcar, que, de início, servia de alimento para o gado. Devido aos intensos embates com os índios, a região foi abandonada pelos colonos, extinguindo-se a Capitania de São Tomé (PEREIRA PINTO, 1995).

Ainda no século XVII essas terras que estavam “abandonadas”, foram adquiridas, através do sistema de sesmarias³, por sete homens durante o Governo Geral. Os “Sete Capitães”⁴, como ficaram conhecidos, foram responsáveis pela partilha da capitania e deram continuidade às atividades produtivas pecuária e canavieira. Na região onde atualmente se encontra Canavieiras do Sul, inserida nas proximidades da Lagoa Feia, foram montados currais (SILVA, 1996). Estes tinham a função de suprir os senhores de engenho da Guanabara com o gado para transporte e moagem de cana e para a alimentação dos senhores e escravos. Assim, estas duas atividades

² Esta foi chamada “Vila da Rainha”, mas os habitantes do local preferiram chamá-la de “Vila de Santa Catarina”. Cf. PEREIRA PINTO, 1995.

³ O sistema de sesmarias fazia parte da ordenação jurídica portuguesa para ocupação das terras das colônias. O objetivo elementar da legislação era obrigar os colonos a utilizarem as terras, sob perda de domínio. A seguir, cito um trecho do “Código filipino ou ordenações de leis do reino de Portugal (1603)” o qual dizia: “Sesmarias são propriamente as dadas de terras, casais, ou pardieiros, que foram, ou são de alguns Senhores, e que já em outro tempo foram lavradas e aproveitadas, e agora o não são. As quais terras e os bens assim danificados e destruídos podem e devem ser dados de sesmarias pelos sesmeiros, que para isso forem ordenados.” *Apud* SILVA, 1996: 37.

⁴ Os “Sete Capitães” vindos de Portugal se chamavam: Miguel Ayres Maldonado, Gonçalo Corrêa de Sá, Manuel Corrêa, Duarte Corrêa, Antonio Pinto Pereira, João de Castilho e Miguel da Silva Riscado. Cf. PEREIRA PINTO, *op. cit.*, p. 41.

econômicas juntas constituem o primeiro “marco histórico-geográfico” que ocasionou uma “ocupação da região com finalidade, objetivo específico, atribuindo-lhe ‘função’ definida” (BARBOSA, *op. cit.*)⁵.

Passados mais de três séculos, Canavieiras do Sul foi emancipada nos anos 1980, e teve como seu primeiro prefeito Lúcio de Oliveira, cuja família “descende diretamente dos Sete Capitães”, considerados “os primeiros a fixarem moradia” no Norte Fluminense. Lúcio de Oliveira é um homem de muitas posses nesta cidade e dedica-se às atividades produtoras, agrícola e pecuarista.

Nas eleições municipais seguintes, o prefeito foi reeleito e, não sendo mais possível reeleger-se pela terceira vez naquela ocasião, trabalhou na “campanha” eleitoral de outros políticos que “ficaram ao seu lado”, havendo uma continuidade de sua interferência na política daquela cidade por meio da influência que era capaz de exercer sobre os prefeitos em exercício uma vez que, estes tendo sido eleitos com sua ajuda, o retribuíam com o reconhecimento de sua “dívida” para com o ex-prefeito. Assim, sua família, cujo epicentro contemporâneo era o próprio Lúcio de Oliveira, constituiu-se como a “elite política” daquela cidade, estando à frente no comando da Prefeitura Municipal.

A “ruptura” da “política em família”

Nas eleições municipais de 2004, Lúcio de Oliveira apoiou seu sobrinho a fim de elegê-lo para o cargo de prefeito da cidade. O acordo seria, então, que o tio faria a “campanha” de Mauro de Oliveira e, na eleição seguinte, Lúcio se lançaria a candidato a prefeito devendo obter o apoio de Mauro. Haveria, então, um revezamento da administração da Prefeitura entre o tio e o sobrinho durante estes mandatos.

⁵ Sobre as primeiras atividades no Norte Fluminense envolvendo gado bovino ver também: SILVA, *op. cit.*

Quatro anos depois, seria o momento de o sobrinho prestar apoio ao tio, conforme havia sido combinado. Nas eleições de 2008, após ter apoiado o tio no início da campanha eis que surge uma notícia inesperada por aquela população: o sobrinho viria como candidato e concorreria com seu tio nas eleições municipais para prefeito da cidade. Os rumores, como ouvi de diversos moradores, e também nos “comícios”, eram de que a esposa do sobrinho não tendo concordado com tal situação, o influenciou de tal modo que este, em vez de cumprir o acordo, iria investir em sua própria reeleição, ato que resultou na “quebra do acordo” entre os parentes.

Os comícios: “palco” das disputas entre os candidatos

Quando se inicia o período das “campanhas” para as eleições, que normalmente “vai de maio até outubro do ano eleitoral”, uma das principais manifestações dos políticos são os “comícios”. Nestes eventos, muitos dos quais presenciei, as disputas e muitos dos conflitos entre os candidatos foram explicitados, sendo divulgados aos “eleitores”. Nos comícios o que se diz pode ser ouvido e visto, em potencial, por qualquer pessoa. Digo em “potencial” porque, embora os comícios sejam de “entrada livre”, nas cidades pequenas há outras regras que influenciam a frequência dos “eleitores”: se um eleitor confirmou seu voto com o candidato X, por exemplo, ele não frequentará os comícios do candidato Y sob pena de ser acusado de estar traindo seu candidato.

Na pequena cidade de Canavieiras do Sul, os comícios forneciam, a quem os estivesse observando, um quadro explícito do conflito *emergido* na família Oliveira e agora declarado para toda a comunidade: de um lado, o tio que era um “velho conhecido” da população antes mesmo de ter se tornado seu primeiro prefeito e, do outro lado, o sobrinho que “tinha a seu favor a máquina da prefeitura”.

Para a realização dos comícios, normalmente são escolhidas praças, parques, enfim, locais “públicos” frequentados pela população, no qual se monta um “palanque”. Ornamentando o palanque havia muitas bandeirinhas, fitas e balões nas cores dos símbolos do Partido, bem como um grande cartaz com a fotografia do candidato a prefeito cobrindo todo o fundo desta espécie de “palco”. Ao lado se encontrava instalado um “telão” no qual era exibido um vídeo sobre as “obras” realizadas pelo candidato na época em que fora prefeito e “imagens” do próprio comício que estava sendo realizado no local, dando um caráter de “espetáculo” àquele evento.

Iniciadas as atividades nos dias dos comícios, havia uma “ordem” nas apresentações dos indivíduos presentes sobre o “palanque”. Neste espaço estavam presentes candidatos a vereador, o candidato a Prefeito, fotógrafos, cinegrafista, o “apresentador” do comício, parentes dos candidatos e vez ou outra, algum “convidado”, que podia ser um artista, um deputado, ou alguma outra “personalidade de prestígio” convidada. A seqüência com a qual se apresentavam era diferenciada de um comício para outro apenas com pequenas alterações nas falas e nos gestos dos candidatos e das outras pessoas presentes, mas no geral, essa “ordem” de apresentação dificilmente era modificada.

Um a um, todos os candidatos a vereador falaram, até que as atenções dos que ali estavam presentes se voltaram para a esposa do candidato a prefeito. Esta era referenciada como a “verdadeira primeira dama”, uma vez que era vista como “uma mulher que sabia seu lugar”, pois não interferia nos assuntos políticos que eram do “domínio do seu marido”; ao contrário da esposa do candidato da oposição que se “intrometia nos assuntos políticos”, “exigindo que o mesmo se re-candidatasse” para o cargo de prefeito municipal. Tal crítica foi acompanhada de uma estrofe de cantigas de “festas juninas”: “cumprimento de damas / cada uma no seu lugar!”. A senhora, de pé no meio da fileira de candidatos virados de frente para o público, no centro do “palanque”, estava presente desde o início do comício e também teve a sua “palavra”, ainda que não fosse candidata a nenhum cargo, a não ser, ao de “primeira dama”. Uma vez tendo se pronunciado, a então aclamada “verdadeira primeira dama do município”, atração principal naquele momento,

recebe um buquê de flores e todos, os que estavam no “palanque” e no “público”, aplaudem-na mais do que haviam aplaudido aos demais presentes.

À frente da mulher do candidato a prefeito, no centro do palanque, encontravam-se crianças; eram os filhos e filhas dos candidatos aos cargos de vereador, indicando um cuidado com a “imagem” dos candidatos frente ao “público” para o qual deveriam demonstrar, dentre outros valores, a “importância” que estes atribuíam à *família*.

Finalmente, tendo quase todos discursado, aumenta-se o som e é criado um clima de festividade, muitos papéis prateados picados são jogados para o alto em cima do palanque, os quais, refletindo a luz de potentes holofotes, resultam em um efeito espetacular como se fosse uma “chuva prateada”, com muito brilho, caindo sobre os candidatos e demais presentes no palanque. Neste momento, é então anunciando o prefeito e este começa a falar. Inicia seu discurso defendendo-se da crítica de que, “devido aos seus muitos anos de idade, já estava velho demais para comandar”, dizendo que, pelo contrário, “comandaria” melhor que o “prefeitinho” que “não mandava em nada, já que na verdade, era mandado pela esposa até mesmo em seus assuntos de política”.

No que se referem aos “discursos” políticos proferidos nos “palanques” durante os comícios estes costumam estar “orientados por um hábito classificatório singular, em que se procura denegrir ao máximo a imagem do adversário, ao mesmo passo que se enaltecem as qualidades dos adeptos das mesmas crenças” (BORGES, 2002: 217). Assim, os candidatos ao cargo de vereador se prontificavam basicamente à execução de duas funções principais: elogiar os candidatos aliados, sobretudo o candidato a prefeito, e proferir críticas negativas aos candidatos da oposição.

Dentre as muitas “qualidades” do candidato a prefeito, foram ressaltadas a sua capacidade de fazer uma boa administração do executivo municipal, uma vez que “tinha suas fazendas bem administradas”, e a “ajudava” que dava às pessoas que recorriam a ele. Era enfatizado que a “ajuda” era efetuada mediante a utilização de “seus próprios recursos”, e não

com “dinheiro da prefeitura”. Das várias “benfeitorias” mencionadas durante os comícios, atenção especial era dada aos “projetos sociais” criados por ele durante o período em que fora prefeito – concessão de bolsas de estudo; bolsas para praticantes de esportes; dentre outros.

Criticando o “grupo político” do sobrinho, dizia, ainda, que o “palanque” de seu concorrente “era mais pomposo” porque aquela “estrutura toda” dos comícios do opositor era obtida mediante a utilização dos recursos da prefeitura, uma vez que seu oponente não possuía “verba própria”; ao passo que o seu era mais “simples” porque estava sendo “bancado” com dinheiro de seu “próprio bolso”.

Para além dos comícios: outros “espaços” nos quais os conflitos também se manifestam

No que se refere às atividades desencadeadas durante o período da campanha eleitoral abordada neste texto, a inauguração do “comitê local” do partido de Lúcio de Oliveira também se tornou uma ocasião na qual o candidato realizava sua “campanha eleitoral”.

O “comitê” foi instalado no segundo pavimento de uma construção situada na principal rua do centro da cidade, sob a qual havia um restaurante. Uma varanda no alto abrigava os políticos que discursavam para um “público” composto por pessoas da comunidade que haviam sido convocadas, por meio de um “carro de som”, ao longo de toda a semana e que naquele momento se encontravam em pé na rua em frente às instalações do “comitê”. Neste dia foram montados “telões” nos quais se exibiam vídeos de propagandas dos atos do candidato. Pessoas da comunidade, bem como de fora dela, dotadas de “prestígio” social, haviam sido convocadas para discursarem no evento.

Uma vez tendo feito seus discursos, os candidatos desceram para cumprimentar o “público”, entraram em meio à “pequena multidão” e saíram distribuindo apertos de mãos e abraços a todos aqueles que se aproximavam.

Figura dotada de grande carisma para àquela população, o candidato Lúcio de Oliveira é aclamado e cumprimentado por seus eleitores. Seguindo-o vinham seus assessores. E a população, neste momento, fazia pedidos, e aquele se comprometia verbalmente em atendê-los, caso fosse eleito.

Neste momento, havia um contato entre políticos e eleitores no qual ambas as partes solicitavam e ambas as partes ofereciam aquilo que podiam oferecer: por um lado, dos eleitores esperava-se votos e “apoio” ao candidato nas eleições que poderia ser expresso dentre muitas maneiras, no empenho à “campanha” do candidato, pedindo votos a amigos e parentes, usando seus petrechos com as cores de seu partido em suas casas ou no próprio corpo para fazer notar os “símbolos” do candidato; por outro lado, do candidato esperava-se inúmeras obras, desde a construção de escolas, empregos, ajudas para educação dos filhos, bolsas de estudos, dentre outras.

Algumas interpretações a partir dos eventos referenciados

Em episódios como estes, tais como os comícios e as inaugurações de “comitês” durante o período eleitoral, são explicitados alguns dos conflitos que surgiram em meio à família dos candidatos. O que antes consistia em uma união para vencer a eleição para o cargo de prefeito, em um segundo momento, tornou-se uma disputa entre familiares. Isto ocorreu porque, durante o período eleitoral, se evidenciaram conflitos que não existiam ou pareciam não existir antes, e que surgiram por causa de uma situação específica: o objetivo de disputar as eleições e competir não apenas pelos votos da população, mas também para garantir o “apoio” ao longo de todo mandato e em disputas futuras.

O espaço dos comícios foi privilegiado nesta análise, por serem ambientes nos quais os conflitos entre os candidatos eram mais explicitados. Neste caso, gostaria de abrir “parênteses” sobre a “estratégia” utilizada para coleta de dados. Frequentei basicamente apenas os comícios do candidato

Lúcio de Oliveira e esta “opção” me pareceu ser a mais razoável, pois a disputa entre os candidatos se estendia para além destes. Naquela pequena cidade, toda a população era “chamada a tomar um partido”, não sendo bem vistas as pessoas que ficassem em “cima do muro”. Neste caso, em se tratando de política, não haveria como manter uma “neutralidade” nem mesmo da pesquisadora, que sequer votava naquela cidade, pois a lealdade que se esperava ia muito além de um “voto”; antes, quando alguém escolhia a quem apoiar, estava optando por um lado daquela sociedade, por um “pertencimento”⁶. Assim, a pesquisadora se dispôs a frequentar mais “um lado” que o outro, a fim de obter informações. Esta “escolha” teve seus “prós” e “contras”: se por um lado deixei de “ouvir versões do outro lado”, por outro lado, tive a facilidade de transitar por entre os eventos da “campanha” de Lúcio de Oliveira e obtive um maior acesso às informações que me foram confiadas por estar sendo considerada “fiel” – dados que não me seriam concedidos caso não tivesse feito essa “escolha”.

Assim, nesta disputa eleitoral, demarcada pelos comícios e por todo um conjunto de atividades voltadas para a divulgação dos candidatos, podemos ver um exemplo dos conflitos inerentes às disputas pelas eleições municipais sendo vivenciados pelos políticos e que envolvem toda a comunidade.

Estabeleceu-se uma oposição entre os dois candidatos a prefeito que, além de serem de uma mesma família, antes pertenciam ao mesmo “grupo” político. O conflito em família, que, a princípio poderia ser classificado como uma coisa particular do âmbito privado, uma vez que envolvia sobrinho e tio, veio a tornar-se um “assunto público”. Conforme a dimensão do conflito ia se propagando para a toda a comunidade, a população ia se deparando com situações nas quais tinha que optar por um dos dois lados envolvidos na disputa.

Neste sentido, as diferenças que antes estavam encobertas ou eram inexistentes, uma vez que ambos representavam o mesmo “grupo” político,

⁶ Sobre a noção de “voto como adesão”, ver PALMEIRA & HEREDIA, 2006.

foram sendo constituídas e se tornando alvo de críticas em ambos os lados; categorias que não existiam antes foram criadas para expressar a oposição.

Assim, o candidato “tradicional” foi identificado como alguém que defendia os interesses da população interna, enquanto o outro candidato como o que “apoiava os de fora”. O primeiro era identificado com as “populações mais humildes”, o “povo da comunidade”, enquanto o segundo passou a ser identificado como o “traidor”, aquele que “tinha mais dinheiro porque fazia festas com recursos da prefeitura”.

Conforme dito por uma das candidatas ao cargo de vereadora, a oposição possuía “um palanque tão grande que parecia até que estavam aguardando o Bill Clinton, o Barack Obama”. Neste mesmo sentido, o candidato a prefeito em meio ao seu discurso ressaltava que o “palanque” dele era “humilde, pequeno”.

Lúcio de Oliveira buscou se identificar com o “povo”. O “*slogan*” de sua “campanha” era: “Nós somos povo. Lúcio é povo. Todos somos povo”. Identificava-se, ainda, com o personagem “Davi” que na narrativa bíblica lutou contra o “gigante Golias”, neste caso representado por seu sobrinho, quem “tinha os recursos da prefeitura a seu favor”.

Ora, diante das classificações sociais, o candidato que tinha mais posses tornou-se o candidato “mais fraco” e o outro, por sua vez, mais jovem e destituído de bens materiais próprios, tornou-se o candidato “forte” visto que “tinha a prefeitura a seu lado”.

Para levarem adiante suas “campanhas” eleitorais, os candidatos realizavam comícios quase sempre nos mesmos dias e horários, o que tendia a dividir a população. Desta forma, os eleitores que estivessem em um comício não poderiam estar presentes em outro. Havia uma acirrada competição entre os candidatos concorrentes voltada para quem estava mais apto a “encher os comícios”.

Conforme dito anteriormente, era principalmente nos comícios que as acusações eram proferidas de ambos os lados de modo a ferir a “imagem” do adversário perante o público. As acusações eram de natureza diversa. Dizia-

se que “Mauro de Oliveira levava as pessoas para seus comícios em ônibus fretados com dinheiro da prefeitura”, e que este costumava “ameaçar a retirada de benefícios” das pessoas que frequentassem os comícios do opositor”. Outra acusação também era proferida no sentido de que este “fazia uso indevido da verba pública”; “fazia festa porque tinha muito dinheiro”, mas que, entretanto, o “dinheiro era da prefeitura” e seus oponentes incitavam a população enfatizando “estão fazendo *festa* como o nosso dinheiro!”.

Lúcio de Oliveira provocava o concorrente também dizendo que “muitas pessoas” telefonavam para sua casa a fim de justificar o fato de terem colocado um cartaz do seu concorrente em seu quintal, pois este “dependia de favores” do então prefeito, Mauro de Oliveira, não podendo assim, demonstrar seu apoio ao outro candidato, mas que, apesar disso, o “seu voto era dele”.

Tal situação, isto é, a concorrência entre dois candidatos que antes eram do mesmo “grupo” político, desencadeou um “conflito de fidelidades”, pois “a política agrupa as pessoas segundo critérios diferentes daqueles existentes nessas comunidades, ou seja, agrupa-as segundo votem em um candidato político ou outro de modo que a presença dos políticos não raras às vezes gera situações de tensão” (HEREDIA, 2006: 165). Isto ocorre porque,

mais do que uma escolha individual (...) o voto tem o significado de uma adesão (...) Numa eleição, o que está em jogo, para o eleitor (...) não é escolher representantes, mas situar-se de um lado da sociedade que (...) não é um lado fixo. E, em se tratando de adesão, tanto quanto o voto, pesa a declaração pública antecipada do voto (PALMEIRA, 1996: 45).

Colocar um cartaz em seu quintal ou muro é sinal de comprometimento com o candidato, e o indivíduo que se compromete com um candidato cria uma ruptura com seu opositor. Mas, por outro lado, não há garantia de que vá votar nele. Pois, neste caso, a pessoa declarou que ia votar no outro, mas que manteria o cartaz para não perder os diversos “benefícios da prefeitura”, tais como seus empregos, a participação em “projetos sociais”, “bolsas-escola”, “bolsas-família”, bolsas de estudo para os filhos, dentre outros.

Do mesmo modo, vestir a camisa, o boné, levantar as bandeirinhas no local do comício também são símbolos de que se está apoiando o candidato e isto coloca o indivíduo em determinado lugar na sociedade: contra ou a favor deste ou daquele candidato e todas as implicações que decorrem de tal “escolha”. Assim, a expressão do voto coloca o indivíduo em uma posição que ultrapassa o período eleitoral; sua “escolha” poderá lhe trazer benefícios ou prejuízos no futuro.

Ora, se o seu candidato for eleito, este terá com o que negociar no momento em que for pedir alguma ajuda, uma vez que pode “cobrar” a contrapartida ao apoio dado no momento da eleição; caso tenha apoiado outro candidato que não o eleito, isso pode criar uma dificuldade para o mesmo na hora desta “negociação”. O que não necessariamente ocorre, visto que o candidato eleito pode dar sua “ajuda” também visando conquistar o eleitor em potencial para as próximas eleições.

Como podemos notar, na política não há regras fixas; os arranjos e acordos feitos podem mudar de acordo com os interesses, compromissos e obrigações, bem como também a ruptura destes, envolvidas no conjunto das relações sociais.

Uma vez que não se restringe às vinculações partidárias e às lealdades familiares, o processo eleitoral envolve todo um conjunto de sociabilidades regidas pelo *compromisso pessoal*. Sobretudo quando a troca de bens e favores entre eleitores e políticos é referente àqueles tipos de bens voltados para “fora da comunidade”, isto é, fora das “relações entre iguais”, como “emprego na prefeitura, no correio e no hospital, como diretor de uma escola, serviços de saúde, uma ambulância, por exemplo, obtenção de aposentadoria e documentos pessoais, acesso a créditos bancários, serviços jurídicos e liberação de impostos” (HEREDIA, 1996:63).

É neste momento que o próprio político ou seus “cabos eleitorais” fazem o papel de mediadores entre a população e o acesso a esses bens e serviços – muitos dos quais deveriam estar a cargo dos serviços oferecidos pelo Estado, mas que, por motivos vários não alcançam os indivíduos e, então, tais mediadores acabam por cumprir a função de providenciar tal

acesso e passam a lidar com suas atividades antes como “favores” do que como cumprimento do “trabalho” referente ao cargo para o qual foi eleito.

Os “mediadores” possuem um “acesso” a recursos que ultrapassam os limites da comunidade. Possuem um capital profissional ou dispõem de relações sociais ou econômicas, ou mesmo um poder econômico particular que lhes permitem mobilizar recursos para atender tais demandas. Uma vez aceitando esses bens e favores, os indivíduos ficam “endividados”, assumindo um “compromisso”, uma “dívida moral” a qual terão de pagar. Esta pode ser “saldada” com o voto nas eleições, momento no qual o indivíduo tem de retribuir a ajuda recebida. Mas a tendência é que esta “dívida” permaneça, pois as relações de reciprocidade entre candidato e eleitor podem continuar visto que a demanda por bens e serviços continuará e o político provavelmente permanecerá na política e retornará a “pedir voto” para si, ou para seu partido ou para outro candidato que por ventura venha apoiar.

No que se refere a “troca de bens e favores” entre político e eleitores, embora o voto permita uma retribuição, não implica em uma relação entre partes iguais. O político, uma vez eleito, aumenta seu poder e, deste modo, a diferença entre o que se “pode dar” e o que se “pode receber” torna-se ainda maior. Assim, uma vez que continuará dependente do político para a execução de serviços essenciais a sua vida cotidiana, como acesso aos serviços de saúde, educação para os filhos, moradia, só para citar alguns exemplos, o indivíduo permanecerá em constante endividamento frente ao político.

Essas “redes de compromissos pessoais” circunstancialmente constituídas criam uma dimensão das relações sociais paralelamente àquelas ditas “tradicionais”, de modo que poderíamos dizer que haveria uma autonomia entre a “lealdade do voto” e as “lealdades fundamentais” relacionadas à família, amizade e vizinhança, pois

a lealdade política, lealdade do voto, é adquirida via compromisso: ela não implica, necessariamente, ligações familiares ou vinculação a um partido; a lealdade política tem a ver com o compromisso pessoal, com favores devidos a uma determinada pessoa, em determinadas circunstâncias. Ela articula, na verdade, uma outra esfera de sociabilidade e,

eventualmente, as diferentes esferas podem entrar em conflito (PALMEIRA, *op. cit.*: 46).

Deste modo, pode-se dizer que as alianças, os compromissos estabelecidos na política são *temporários*. O que deveria ser de estranhar, como a ruptura entre parentes, caracterizado como uma traição por uma das partes, é algo tão recorrente na política quanto os novos rearranjos firmados. Pois as comunidades políticas não são necessariamente permanentes; antes,

É preferível lembrar que as facções, uma forma de organização política identificada por antropólogos e cientistas políticos em sistemas políticos os mais diversos, inclusive em muitos dos chamados Estados modernos, têm como um de seus traços mais consensuais não serem permanentes (PALMEIRA, *op. cit.*: 43).

Este caráter pouco rígido dos acordos políticos pode implicar em perdas e ganhos para os membros da comunidade, pois no período das eleições, as facções são mais facilmente identificadas e existe um conflito declarado (PALMEIRA, *op. cit.*: 43). Neste momento, considerando as pequenas comunidades nas quais praticamente todos se conhecem entre si, os indivíduos são pressionados a “tomar partido” de um dos lados. Baseando suas “escolhas”, há uma série de critérios que podem variar desde os compromissos pessoais estabelecidos entre estes e o candidato, até a “simpatia”, e/ou outros atributos do candidato, que “conquistam” o eleitor.

Considerações Finais

Esse artigo discute, a partir dos eventos referenciados, como a política apresenta-se de forma imprevisível. Esta possui suas próprias regras, não seguindo as regras de amizade e lealdades dos laços afetivos e consanguíneos.

Tal como declarava Maquiavel, em *O Príncipe*, os vícios e as virtudes da vida privada não recebem as mesmas conotações quando se trata da vida

pública. Isto não equivale a dizer que os acontecimentos no âmbito de uma “vida privada” não interfiram na esfera da “vida pública” ou “política” dos sujeitos sociais. Muito pelo contrário, as influências de ambos “universos” são mútuas. Mas o autor, ao assinalar que a vida política possui uma natureza particular, adversa de outras esferas, nos fornecia os primeiros passos para se pensar a política contemporânea. As relações sociais em meio à “política” possuem uma natureza *sui generis*.

Se por um lado a ruptura do acordo entre o tio e o sobrinho “destruiu laços familiares”, por outro lado, a política, em se tratando de uma disputa, desfez e refez outros laços. Assim, o desdobrar da “política” se impôs à instituição *família*, ainda que esta possuísse uma “tradição” de quase quatro séculos de união no comando do executivo municipal daquela cidade.

Tal “ruptura” não foi bem vista pela população, que considerava a “família” o centro de sua organização, valor que era reafirmado até nos comícios: os candidatos levavam filhos e cônjuges para os apresentarem no “palanque”. Justificando esse “ato inaceitável”, surgiram rumores de que o sobrinho não queria romper o acordo com o tio, mas somente o havia feito por ter sido “enfeitiçado pela esposa”. Ora, se a família era vista como um valor supremo, seus laços não deveriam ser desfeitos por um de seus membros “genuínos”; daí transferirem a causa dessa ruptura para um membro que, de certa forma, era exterior àquela família, visto que “esposa não é sangue do próprio sangue”.

Nos exemplos citados neste texto, podemos notar, ainda, como certas categorias sociais são desprovidas de “sentido em si mesmas” e como são socialmente reapropriadas dependendo da ocasião. O político Lúcio de Oliveira utilizava as categorias que lhe eram atribuídas a seu favor, por exemplo, o termo “fraco” era associado à honestidade de estar usando verba própria; referia-se a si mesmo como “Davi” o personagem mais fraco da narrativa bíblica que, entretanto, derrotou o personagem mais forte, “Golias”.

O estudo deste caso pode nos dizer algo sobre o uso (relacional) de categorias classificatórias. A partir do rompimento do acordo entre o tio e o

sobrinho, desenvolveu-se na política daquela cidade a “configuração de um ‘antes’ e um ‘depois’ como parte da instituição simbólica de uma temporalidade. Ambos os políticos, na época em que se encontravam do mesmo lado utilizavam palavras para fazerem elogios uns aos outros. Mas, no momento em que se tornaram concorrentes passaram a utilizar palavras como “fraco”, por exemplo, para se referir ao fato de que ele não possuía “a máquina em suas mãos”, indicando por isso uma campanha autônoma sem a utilização indevida dos “recursos públicos em campanhas eleitorais”. Estas palavras são indicativas da “instauração de um poder que busca sua singularidade mediante a negação do passado” (BARREIRA, 2008: 147).

Visto dessa forma, tudo se passa como se não houvesse um uso definido das categorias das quais os políticos lançavam mão, mas usos que iam sendo constituídos em meio às várias relações sociais estabelecidas entre os sujeitos.

Pierre Bourdieu (1989), ao expor sua “teoria do campo político” defendeu que os partidos, assim como as tendências no meio dos partidos, só teriam uma existência “relacional”. Esta mesma idéia pode ser utilizada para pensar as classificações entre os políticos profissionais estudados neste artigo. Não haveria uma categoria de “políticos fracos” e outra de “políticos fortes” que pudessem ser consideradas em si mesmas. Parafraseando Bourdieu, estas categorias “só têm existência relacional e seria em vão tentar definir o que eles [os políticos apontados neste texto] são e o que eles professam independentemente daquilo que são e professam os seus concorrentes no seio do mesmo campo” (BOURDIEU, *op. cit.*: 178). Assim, as categorias “forte” e “fraco” só fazem sentido se observada em termos “relacionais”.

No embate político entre Lúcio de Oliveira e Mauro de Oliveira, pensado ainda nos termos de Bourdieu, isto é, considerando que o “campo político é o lugar de uma concorrência pelo poder”, as noções sobre os adversários e sobre si mesmos eram criadas e utilizadas para criar um “antes” que deveria ser rompido, por meio de uma “proposta” de um “novo” que seria melhor.

O discurso cria uma ação; as palavras produzem uma “ordem social”. Segundo Bourdieu, “ela [a palavra] faz o que ela diz na medida em que os destinatários se reconhecem nela, conferindo-lhe a força simbólica e também material (em forma de votos ou de força de trabalho) que lhe permite realizar-se” (BOURDIEU, *op. cit.*: 187).

Assim, *antes* havia apenas “um único grupo político” e a população o apoiava. *Depois* emergiu uma disputa, outrora inexistente, e a população foi pressionada a “tomar partido”, a se posicionar diante daquele conflito recém criado. Novas categorias classificatórias foram criadas e outras foram ressignificadas; o “passado” foi *recriado* de modo a alimentar este *novo* conflito. O “antes” e o “depois” eram partes de uma divisão temporal simbólica instituída, cuja existência tinha origem nos discursos concorrentes dos candidatos.

Bibliografia

- BARBOSA, Pedro Paulo Biazso de Castro. “A constituição de uma periferia em face da modernização: a produção de açúcar e álcool no Brasil e as transformações na Região Norte Fluminense”. In: MARAFON, Gláucio José e RIBEIRO, Miguel Ângelo. (Orgs.). *Revisitando o Território Fluminense*. Rio de Janeiro: Edições NEGEF, 2003. pp. 111-148.
- BARREIRA, Irllys A. Firmo. “Pensamento, palavras e obras. As bases de legitimação do governo de Tasso Jereissati”. In: HEREDIA, Beatriz Maria Alasia (Org.). *Continuidades e Rupturas na política cearense*. Fortaleza, CE: Universidade Federal do Ceará/FUNCAP/CNPq-Pronex; Campinas, SP: Pontes Editores, 2008.
- BORGES, Antonádia Monteiro. “Tanto azul, quanto vermelho: sentidos e apropriações de um evento político no Distrito Federal”. In: HEREDIA, Beatriz M. A.; TEXEIRA, Carla Costa & BARREIRA, Irllys A. F. (Orgs.). *Como se fazem eleições no Brasil*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2002.

- BOURDIEU, Pierre. "A representação política. Elementos para uma teoria do campo político". In: *O poder Simbólico*. Lisboa: Editora Difel, 1989. pp. 163-208.
- CARNEIRO, Paulo Roberto Ferreira. *Dos pântanos à escassez: uso da água e conflito na Baixada dos Goytacazes*. Rio de Janeiro: Coppe/ UFRJ, 2003. p. 20.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de, "Lutas entre iguais: as disputas no interior de uma facção política". In: PALMEIRA, Moacir & BARREIRA, César (Orgs.). *Política no Brasil: visões de antropólogos*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 2006. pp. 163-178.
- HEREDIA, Beatriz M. A. de. "Política, Família e Comunidade". In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (Orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. pp. 57-71.
- LAMEGO, Alberto Ribeiro. *O Homem e o Brejo*. – 2ª ed. – Campos dos Goytacazes, RJ: Editora Lidador, 1974.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz M. A. de. "Os comícios e a política de facções". In: *Anuário Antropológico*. No. 94. Rio de Janeiro, 1995. pp. 31-94.
- PALMEIRA, Moacir & HEREDIA, Beatriz M. A. "O voto como adesão". In: *Teoria e Cultura*. Revista do Mestrado em Ciências Sociais da UFJF. Juiz de Fora-MG: Editora UFJF, v. 1, n. 1, 2006. p. 35 -58.
- PALMEIRA, Moacir. "Política, Facções e Voto". In: PALMEIRA, Moacir & GOLDMAN, Marcio (Orgs.). *Antropologia, Voto e Representação Política*. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1996. pp. 41-56.
- PEREIRA PINTO, Jorge Renato. *O Ciclo do Açúcar em Campos*. Campos dos Goytacazes: Edição do autor, 1995.
- SILVA, Lígia Osório. "Sesmarias e posses". In: _____. *Terras devolutas e latifúndio: efeitos da lei de 1850*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 1996. pp. 19-113.